



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO N.º 29/2025/DAF/DICOMP/SECOMP

**"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS,
PELO PERÍODO DE 6 MESES"**

Junho 2025

Índice

Caderno de Encargos.....	2
Capítulo I	2
Disposições gerais	2
Cláusula 3. ^a	3
Conteúdo do Contrato	3
Cláusula 4. ^a	4
Minuta do Contrato	4
Capítulo II	5
Obrigações Contratuais	5
Secção I.....	5
Obrigações do prestador de serviços.....	5
Subsecção I	5
Disposições gerais	5
Subsecção II	6
Dever de sigilo	6
Secção II.....	7
Obrigações da Câmara Municipal de Setúbal	7
Capítulo III	8
Penalidades contratuais e resolução	8
Capítulo IV	10
Caução e seguros.....	10
Capítulo V	11
Resolução de litígios	11
Capítulo VI	11
Disposições finais	11
Parte II	13
Cláusulas Técnicas	13
Cláusula 23. ^a	13
Alocação e gestão dos seguros	13
Cláusula 24. ^a	13
Data efeito da transferência de riscos e celebração de contratos	13
Cláusula 25. ^a	13
Programa de seguros	13

Caderno de Encargos

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto Contratual

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços na área de seguros e abrange a transferência, para o prestador de serviços, dos riscos identificados nas cláusulas técnicas deste Caderno de Encargos e que decorrem da atividade do Município de Setúbal.
2. O objeto do presente procedimento é constituído pelos seguintes lotes:
 - a. **Lote I – Acidentes de Trabalho:**
 - i. Trabalhadores afetos ao Município;
 - ii. Trabalhadores afetos às escolas transferidas;
 - iii. Prestadores de serviços.
 - b. **Lote II – Multirriscos, Automóvel, Marítimo Casco, Equipamento Eletrónico e Responsabilidade Civil**
3. São admitidas propostas para a totalidade dos serviços objeto do presente procedimento, ou para cada um dos lotes em concurso, devendo, contudo, a proposta contemplar obrigatoriamente todos os riscos incluídos em cada um dos lotes, sob pena de exclusão.
4. O procedimento é organizado de forma a que o objeto contratual seja dividido em 3 lotes, possibilitando adjudicações parcelares.

Cláusula 2.ª

Preço base e Preço contratual

1. O preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pela presente aquisição de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, é de **540.006,00 €** (quinhentos e quarenta mil e seis euros s), isento de IVA.
2. O preço acima referido respeita aos seguintes preços base parciais, para todo o prazo de vigência do contrato:
 - a. **Lote I – Acidentes de Trabalho – 332.004,00 €** (trezentos e trinta e dois mil e quatro euros):
 - i. **Trabalhadores afetos ao Município – 245.004,00 €** (duzentos e quarenta e cinco mil e quatro euros)
 - ii. **Trabalhadores afetos às escolas transferidas – 72.000,00 €** (setenta e dois mil euros)
 - iii. **Prestadores de serviços – 15.000,00 €** (quinze mil euros)

- b. **Lote II – Multirriscos, Automóvel, Marítimo Casco, Equipamento Eletrónico e Responsabilidade Civil – 208.002,00 €** (duzentos e oito mil e dois euros).
3. O preço previsto no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. O Contraente Público obriga-se a pagar ao Prestador de Serviços o preço constante da proposta adjudicada, de acordo com as notas de encomenda (*ou outro documento equivalente*).
5. O preço base é o preço máximo que a Câmara Municipal de Setúbal se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, nos termos do n.º 1 do Artigo 47.º, do CCP.
6. O preço base tem como fundamento os custos médios resultantes de anteriores procedimentos para fornecimentos/serviços desta natureza, de acordo com o Artigo 17.º, n.º 7, do CCP.

Cláusula 3.ª

Conteúdo do Contrato

1. Segundo o disposto no Artigo 96.º do CCP, faz parte integrante do contrato, um clausulado que deve conter os seguintes elementos:
- a. A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
 - b. A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do contrato;
 - c. A descrição do objeto do contrato;
 - d. O preço contratual ou o preço a receber pela entidade adjudicante ou, na impossibilidade do seu cálculo, os elementos necessários à sua determinação;
 - e. O prazo de execução das principais prestações objeto do contrato;
 - f. Os ajustamentos aceites pelo adjudicatário;
 - g. A referência à caução prestada pelo adjudicatário;
 - h. Se for o caso, a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa;

- i. A identificação do gestor do contrato em nome da entidade adjudicante, nos termos do Artigo 290.º -A do CCP;
 - j. As eventuais condições de modificação do contrato expressamente previstas no caderno de encargos, incluindo cláusulas de revisão ou opção, claras, precisas e inequívocas.
2. De acordo com o disposto no n.º 2 do Artigo 96.º do CCP, fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
- a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número, segundo o disposto no n.º 5 do Artigo 96.º do CCP.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no Artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no Artigo 101.º, nos termos do estabelecido no n.º 6 do Artigo 96.º do CCP.

Cláusula 4.ª

Minuta do Contrato

- 1. A minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, conforme o disposto no n.º 1 do Artigo 98.º do CCP.
- 2. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notificará adjudicatário, nos termos do n.º 1 do Artigo 100.º do CCP.
- 3. A minuta do contrato a celebrar considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação, ou nos dois dias subsequentes no caso dos procedimentos de ajuste direto ou consulta prévia, conforme o disposto no Artigo 101.º do CCP.
- 4. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nos termos do n.º 1 do Artigo 104.º do CCP.
- 5. A não outorga do Contrato, por fato imputável ao Adjudicatário, ocasiona a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do Artigo 105.º do CCP.

Cláusula 5.ª

Vigência do Contrato

A vigência do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, entra em vigor com data previsível em 1 de setembro de 2025 e cessa a sua vigência a 28 de fevereiro de 2026.

Capítulo II

Obrigações Contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de prestar os serviços identificados no presente Caderno de Encargos;
 - b. Obrigação de cumprir a prestação de serviços no prazo estipulado.
2. No decurso da execução do contrato, o adjudicatário, por sua iniciativa, não poderá efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas e outras condições acordadas com o Município, com exceção do indicado nos itens seguintes:
 - a. Só são permitidas alterações às taxas das apólices se estas resultarem de disposição legal, de norma da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento da entidade adjudicante;
 - b. Apenas se aceitará a atualização dos prémios, em caso de alteração dos capitais seguros, das massas salariais e das pessoas seguras.
3. O cocontratante obriga-se a nomear um interlocutor que deverá prestar todas as informações que lhe sejam solicitadas pelo Município de Setúbal, ou por representante por si designado, no âmbito da execução do contrato, bem como representá-lo em todas as reuniões de acompanhamento da execução do contrato para as quais seja convocado pelo Município de Setúbal.
4. O Município de Setúbal reserva-se o direito de designar, para o coadjuvar na execução do contrato uma entidade mediadora/corretora, sendo os serviços que por si venham a ser

prestados remunerados pela adjudicatária, sem que desse facto decorra qualquer encargo para o Município de Setúbal ou implique qualquer alteração ao preço da proposta adjudicada.

Cláusula 7.ª

Forma execução do serviço

Os serviços devem ser efetuados em articulação com o Departamento de Administração Geral, e Finanças, de acordo com as características técnicas.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 8.ª

Dever de sigilo

1. O Prestador de Serviços obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
2. O Prestador de Serviços obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de Serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O Prestador de Serviços obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do contraente público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
7. O Prestador de Serviços não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do Contraente Público sem o consentimento prévio deste.

Cláusula 9.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 12 meses a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da Câmara Municipal de Setúbal

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

1. O pagamento dos prémios será efetuado pelo Município de Setúbal, após a emissão do Aviso de Cobrança, por apólices, a enviar pelo prestador de serviços, com a antecedência de 30 dias relativamente à data do seu vencimento.
2. O pagamento de prémios terá a periodicidade indicada nas condições técnicas parte integrante do presente Caderno de Encargos.
3. Em caso de discordância, por parte do Município de Setúbal quanto aos valores indicados nos Avisos/Recibos, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão do novo Aviso/Recibo corrigido, suspendendo o prazo de pagamento previsto no n.º 1 desta cláusula.
4. A faturação deverá ser emitida em nome do Município de Setúbal, com referência ao(s) documento(s) que lhe deram origem, designadamente a identificação do número de compromisso, devendo ser entregues ou remetidas para a Secção de Contabilidade do Município de Setúbal.
5. O pagamento das quantias devidas pelo Município de Setúbal, nos termos das cláusulas anteriores, será efetuado até à data em que o prémio é devido.
6. As faturas eletrónicas a emitir pelo Prestador de Serviços deverão ser enviadas para o email: fe@mun-setubal.pt.
7. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.
8. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

9. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

Cláusula 11.ª

Gestor do contrato

1. O Município de Setúbal, designará um Gestor do Contrato, para os efeitos e com as atribuições estatuídas no artigo 290.º-A do CCP, que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre o Município de Setúbal e o prestador de serviços, no âmbito da execução do Contrato.
2. Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções que sejam definidas por cada contraente público, o gestor deve elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.
3. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicar de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
4. Ao gestor do contrato podem ser delegados poderes para a adoção das medidas a que se refere o número anterior, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 12.ª

Penalidades contratuais

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 13.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse

conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratos do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações como origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A concorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, bem como informar do prazo possível para restabelecer a situação.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte da Câmara Municipal de Setúbal

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços, nos termos do n.º 2 do Artigo 307.º do CCP, e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinada pela Câmara Municipal.

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1. O Prestador de Serviços pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de Serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 16.ª

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela Câmara Municipal de Setúbal, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades ou, para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela Câmara Municipal de Setúbal não impede a execução da caução, contando que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 5 dias após a notificação da Câmara Municipal de Setúbal para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é libertada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - a. Seguro de acidentes trabalho para os trabalhadores a afetar à prestação de serviços;
 - b. Seguro de responsabilidade civil no âmbito do procedimento em causa.

2. A Câmara Municipal pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo de 5 dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 18.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 19.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo fornecedor e a cessação da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. É possível a cessão da posição contratual por parte do cocontratante mediante prévia autorização do contraente público, nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 318º do CCP.
3. Nos termos do disposto no n.º 2, do Artigo 318º - A, em caso de incumprimento pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cede a sua posição contratual ao concorrente deste procedimento que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial da ordenação em que ficarem no procedimento.
4. A cessão da posição contratual referida no n.º 3 é efetuada por ato administrativo do contraente público.

Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre o Contraente Público e o Prestador de Serviços relativos ao contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. As comunicações e as notificações dirigidas ao Contraente Público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

Cláusula 21.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.ª

Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

Parte II

Cláusulas Técnicas

Cláusula 23.ª

Alocação e gestão dos seguros

1. Após a celebração do contrato o gestor indicado pelo adjudicatário, em articulação com a entidade mediadora/corretora designada pelo Município encarregar-se-á de implementar a colocação do Programa de Seguros contratado.
2. Após a colocação dos seguros, constitui também ónus do adjudicatário, assegurar a articulação com o representante do Município para a eficiente gestão das apólices de seguro contratadas, desenvolvendo as diligências necessárias à sua administração, conferência e atualização, incluindo sinistros, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 24.ª

Data efeito da transferência de riscos e celebração de contratos

1. As empresas de seguros concorrentes, com as quais o Município de Setúbal tenha contratos de seguro celebrados à data da publicação do anúncio do presente concurso, obrigam-se a aceitar a anulação das respetivas apólices, na data de início dos contratos que venham a ser outorgados após adjudicação deste concurso, com estorno dos prémios “Pró Rata Temporais”, a 100%.
2. A transferência dos contratos existentes à data da publicação do anúncio do concurso de empresas de seguros que não sejam concorrentes, efetuar-se-á 30 dias após o pedido de anulação solicitado pelo Município.

Cláusula 25.ª

Programa de seguros

O **Programa de Seguros** é o que se encontra abaixo descrito, constituído pelos seguintes lotes dos seguintes ramos:

LOTE I

1. Seguro de Acidentes de Trabalho
 - a. Trabalhadores afetos ao Município;
 - b. Trabalhadores afetos às escolas transferidas;
 - c. Prestadores de serviços.

LOTE II

1. Seguro de Multirriscos Patrimoniais
2. Seguro de Multirriscos Empreendimentos Sociais

3. Seguro de Frota Automóvel (Município e Bombeiros Sapadores)
4. Seguro de Marítimo Casco
5. Seguro de Equipamento Eletrónico
6. Seguro de Responsabilidade Civil

LOTE I

1. SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

TOMADOR DE SEGURO

⇒ Município de Setúbal

OBJETO DO SEGURO

⇒ A responsabilidade do tomador do seguro pelos encargos provenientes de acidentes em serviço do pessoal afeto à entidade adjudicante, independentemente do seu vínculo contratual, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 novembro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março, pela Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei 33/2018, de 15 de maio, o Código do Procedimento Administrativo, demais legislação em vigor e de acordo com as condições gerais da apólice uniforme de Acidentes de Trabalho, devidamente adaptada aos trabalhadores da Administração Pública.

ATIVIDADE PREDOMINANTE

⇒ Diversas no âmbito das Atividades Camarárias/Autárquicas.

ÂMBITO DO SEGURO

- ⇒ Ficam abrangidos por este contrato de seguros todos os trabalhadores, contratados por tempo indeterminado ou a termo ao serviço do MS, inscritos no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações) e no Regime Geral de Segurança Social (RGSS), e, ainda, todo aquele que, considerando-se na dependência económica do tomador do seguro, preste, em conjunto ou isoladamente, determinado serviço, desde que indicados na relação de pessoal a segurar (folha de férias).
- ⇒ Para o efeito, o Tomador de Seguro obriga-se a remeter ao Segurador, até ao dia 15 de cada mês, a relação dos seus trabalhadores e dos respetivos proventos salariais (salário, subsídios de férias, Natal e alimentação e outras remunerações de carácter regular), relativamente ao mês anterior.
- ⇒ Ficam automaticamente cobertos os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos inferiores a 30 dias, sem necessidade de comunicação prévia e sem qualquer agravamento tarifário.

- ⇒ Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes, repatriamento ou trasladação ficam a cargo do Segurador.

GARANTIAS

- ⇒ Constituição de uma apólice de seguro para todos os trabalhadores do tomador de seguro, garantindo as coberturas nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação em vigor;
- O direito à reparação consagrado no Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual, compreende a reparação em espécie, nos termos dos Artigos 10.º e seguintes e em dinheiro, nos termos dos Artigos 15.º e seguintes.
 - As indemnizações por incapacidade temporária, parcial ou absoluta, são definidas em função do salário íliquido, englobando as remunerações, de caráter permanente ou acessório incluídas na massa salarial segura, nos termos legalmente previstos e que se traduz numa indemnização correspondente ao salário líquido auferido pelo colaborador;
 - O pagamento das pensões por incapacidade permanente parcial ou absoluta e as derivadas de morte, incluindo as que forem definitivamente fixadas pela Caixa Geral de Aposentações;
 - Será liquidado ao Tomador de Seguro o capital correspondente aos subsídios previstos nos Artigos 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação, bem como, no tocante às pensões referidas no ponto anterior, o valor correspondente à provisão matemática constituída de acordo com os coeficientes previstos na Portaria 11/2000, de 13 de janeiro e com o grau de incapacidade permanente fixado, no prazo de 90 dias, contados da data da notificação para o efeito, à Seguradora.
 - Estas condições prevalecem sobre as Condições Gerais do Ramo no que contrariar as disposições do Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de novembro, e pela Portaria nº 256/2011, de 05 de julho.

MODALIDADE

- ⇒ Seguro de prémio variável ("Folhas de Férias")

ESTIMATIVA CAPITAL SEGURO

- ⇒ Montante de salários previsto para o **período de 01-09-2025 a 28-02-2026** – valor do salário líquido e sem encargos da entidade empregadora, mais todas as prestações que se revistam caráter de regularidade (p. ex. subsídio de férias, Natal, turno e alimentação), de acordo com o seguinte mapa, que engloba os subscritores e não subscritores da Caixa Geral de Aposentações:

TOMADOR DE SEGURO	DESCRIÇÃO	PERÍODO	PREVISÃO SALARIAL
Município de Setúbal	Funcionário do Município	01/09/2025 a 28/02/2026	17.000.000,00 €
	Transferência da Educação		5.000.000,00 €
TOTAL			22.000.000,00 €

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

- ⇒ Mensal, sem encargos de fracionamento.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

- ⇒ Todas as indemnizações processadas ao abrigo da garantia de Incapacidade Temporária são pagas diretamente ao Tomador de seguro, figurando este como entidade recebedora, uma vez que o tomador assegura sempre o pagamento do salário por inteiro, mesmo quando os funcionários se encontram temporariamente incapacitados de atenderem ao seu trabalho.
- ⇒ O segurador antes do início do contrato, facultará ao Tomador de Seguro, a fórmula de calculo das indemnizações processadas ao abrigo da garantia de incapacidade temporária absoluta.
- ⇒ Para os devidos efeitos, a título enunciativo e não limitativo, fica acordado que estão garantidos neste seguro os riscos profissionais dos bombeiros sapadores que fizerem parte integrante das folhas de férias do Tomador de Seguro, com as seguintes previsões, quanto ao número de elementos e massa salarial (valores já incluídos na estimativa de capital seguro atrás indicada):
- **Bombeiros Sapadores:** 126 elementos
 - Previsão Massa Salarial para o período: 1.200.000,00 €

(Estes valores fazem parte também dos acima mencionados – Estimativa do Capital Seguro)

Nota: Os Bombeiros Sapadores não se encontram distribuídos por tipologias de funções, (combate a incêndio, transporte, doentes, emergência) sendo todas as funções efetuadas rotativamente, por todos os elementos).

- ⇒ O segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 1 clínicas/consultórios, sediadas no concelho ou em concelhos limítrofes do Tomador de Seguro, para assistir sinistrados de Acidentes de Trabalho.
- ⇒ O segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, por forma a isentar os sinistrados de Acidentes de Trabalho, do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, ao segurador.
- ⇒ Caso seja solicitado, o Segurador deverá fornecer caixas de primeiros socorros com o rácio de 1 caixa por cada 20 trabalhadores pelo período do contrato.
- ⇒ A atual apólice, de Acidentes de Trabalho está colocada na Generali e têm o seguinte nº 0009446023.

2. SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO – PRESTADORES SERVIÇOS

TOMADOR DE SEGURO

- ⇒ Município de Setúbal

OBJETO DO SEGURO

- ⇒ A finalidade deste seguro é substituir os seus **prestadores de serviços exclusivos (prestam apenas serviços para o Município)** na sua responsabilidade de possuírem um seguro de acidentes de trabalho e pelo respetivo pagamento dos recibos de prémio.

Nota: Cada pessoa segura, terá um documento por si escrito, em que presta serviços em exclusividade para o tomador.

ATIVIDADE PREDOMINANTE

- ⇒ A atividades que desempenham são de acordo com as atribuições do Município, nomeadamente, cantoneiros, jardineiros, auxiliares de limpeza, entre outras.

GARANTIAS

- ⇒ As condições deste seguro devem reger-se pela Lei n.º 98/2009 e enformar-se nos termos da Portaria n.º 256/2011, de 5 de julho.

AMBITO TERRITORIAL

- ⇒ Território português

MODALIDADE

- ⇒ Seguro de prémio variável.
- ⇒ O prémio provisório será calculado em função da estimativa de retribuições indicada.
- ⇒ No final do período ou no caso de resolução do contrato será sempre efetuado o acerto para mais ou para menos, em relação à diferença verificada entre o prémio provisório e o prémio definitivo calculado em função do total das retribuições efetivamente pagas.

PREVISÃO SALARIAL PERIODO DE 01-09-2025 a 28-02-2025

- ⇒ 1.250.000,00 €

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

- ⇒ Mensal, sem encargos de fracionamento.

LOTE II

1. SEGURO MULTIRRISCOS PATRIMONIAIS

TOMADOR DE SEGURO

⇒ Município de Setúbal

OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

- ⇒ Pretende-se um seguro para os bens, tanto móveis como imóveis, incluindo benfeitorias ou sobre os quais exista interesse em segurar, nomeadamente como usufrutuário ou locatária, que façam parte integrante do património de domínio privado e público do Município de Setúbal.
- ⇒ Ficam incluídos na definição acima:
- a. Todos os bens desde que se trate de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação, em qualquer local;
 - b. Os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle da entidade adjudicante, incluindo objetos e/ou bens de carácter artístico para exposição;
 - c. Todo e qualquer local onde o tomador do seguro possua instalações ou interesses, e ainda, os locais que possam vir a ser incluídos.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

- ⇒ Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e/ou serviços que o segurado tenha de celebrar.
- ⇒ Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da Apólice, fica expressamente estabelecido que se no momento em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da Apólice.

RISCOS COBERTOS

- a. Incêndio, queda de raio e/ou explosão;
- b. Tempestades;

- c. Inundações;
- d. Danos por água;
- e. Danos em muros, vedações e portões;
- f. Fenómenos sísmicos;
- g. Aluimentos de terras;
- h. Queda de aeronaves;
- i. Choque ou impacto de veículos terrestres, incluindo os provocados por veículos do segurado;
- j. Choque ou impacto de objetos sólidos;
- k. Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;
- l. Greves, tumultos, alterações da ordem pública;
- m. Danos causados por fumo;
- n. Queda de granizo, neve e gelo;
- o. Combustão espontânea;
- p. Limpeza, demolição e remoção escombros;
- q. Desenhos, documentos e livros;
- r. Danos em bens do senhorio;
- s. Riscos elétricos;
- t. Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte para todo o mundo;
- u. Avaria de máquinas;
- v. Derrames acidentais;
- w. Privação temporária do local ocupado ou arrendado, quer estes sejam de função habitacional ou profissional;
- x. Honorários de peritos;
- y. Perda de rendas;
- z. Quebra ou queda acidental de bens;
- aa. Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas;
- bb. Bens de terceiros confiados ao segurado;
- cc. Furto e/ou roubo, incluindo dinheiro em cofre, caixa e transporte;
- dd. Danos aos imóveis causados por furto ou roubo;
- ee. Danos estéticos;
- ff. Danos em transporte terrestre de bens;
- gg. Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento, edificações, mobiliário e plantas;
- hh. Pesquisa e reparação de avarias;
- ii. Infidelidade de trabalhadores;

jj. Danos em bens de empregados;

kk. Obras menores

ll. Viaturas de 3.ºs aparcadas no Parque e Oficinas – Roubo

mm. Danos em bens refrigerados;

nn. Bens ao Ar Livre

CAPITAL A SEGUIR E LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO

- ⇒ O capital a segurar será o correspondente ao valor de aquisição/construção de bens do ativo imobilizado dos segurados; O património a segurar é no total de 113.500.00,00 €, respeitando 100.100.000,00 € a imóveis e 13.400.000,00 € a conteúdos, conforme informação complementar em **ANEXO 1**.

LIMITE MÁXIMO DE INDEMNIZAÇÃO DA APÓLICE

- ⇒ O limite máximo de indemnização da apólice é o capital seguro, por anuidade e sinistro.
- ⇒ Ficam acordados os seguintes limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

<u>Riscos com Capitais Próprios e limites de indemnização em €</u>	
Danos causados por fumo	50.000,00 €
Limpeza, demolição e remoção de escombros	300.000,00 €
Desenhos e documentos	50.000,00 €
Danos em bens do senhorio	50.000,00 €
Riscos elétricos	100.000,00 €
Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte	100.000,00 €
Avaria de máquinas	500.000,00 €
Derrame accidental	50.000,00 €
Privação temporária do local ocupado ou arrendado	50.000,00 €
Honorários de peritos e despesas de avaliação de danos	50.000,00 €
Perda de rendas	100.000,00 €
Quebra ou queda accidental de bens	50.000,00 €
Quebra ou queda accidental de vidros, painéis e antenas	50.000,00 €
Bens de terceiros	50.000,00 €
Furto e/ou roubo, incluindo os danos causados ao imóvel	300.000,00 €
Danos estéticos	50.000,00 €
Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa ou em transporte	15.000,00 €
Danos em transporte terrestre de bens	50.000,00 €
Danos em Jardins	50.000,00 €
Infidelidade de trabalhadores	10.000,00 €
Danos em bens de empregados	5.000,00 €
Obras menores	150.000,00 €
Viaturas de 3ºs aparcadas no Parque e Oficinas-Roubo	30.000,00 €

Bens ao Ar Livre	100.000,00 €
Danos em bens refrigerados	15.000,00 €
Pesquisa de avarias	Capital seguro

FRANQUIA

⇒ Aceita-se no presente seguro a uma franquia fixa, por sinistro, de 500,00 € (Quinhentos euros) sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com exceção, das coberturas inframencionadas onde se aceita como franquia máxima, 250 € (Duzentos e Cinquenta euros), por sinistro:

- Riscos elétricos;
- Equipamento Eletrónico;
- Furto e/ou Roubo;
- Quebra ou Queda acidental de bens, Quebra ou Queda acidental de bens de terceiros;
- Atos de Vandalismo, Maliciosos ou de Sabotagem;
- Transporte Terrestre;
- Danos em bens de empregados.
- Fenómenos sísmicos – 5,00% do capital seguro, por local de risco.

PAGAMENTO DE PRÉMIO

⇒ O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

- ⇒ **Derrogação da regra proporcional:** Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice, fica acordado que o Segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até à diferença máxima de 10% entre o capital seguro dos edifícios e conteúdos e o respetivo valor de reconstrução e substituição.
- ⇒ **Atualização de capitais:** O segurador atualizará anualmente os capitais seguros em 2%, caso outra atualização não seja informada pelo Segurado.
- ⇒ **Indemnização na base do valor de substituição em novo:** Fica acordado que em caso de sinistro com os bens seguros por esta apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo ou de reconstrução, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos.
- ⇒ **Adiantamento por conta de sinistros:** Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou

substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

- ⇒ **Bens de terceiros:** O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens.
- ⇒ **Riscos elétricos:** Nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Ficam derogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afetados pelo risco em causa.
- ⇒ **Exposições temporárias:** Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, quer seja nas suas instalações ou nas de terceiros, aplicam-se os seguintes termos de cobertura:
- Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos dos segurados, ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação;
 - A apólice cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos resultantes de causa interna, nomeadamente o vício próprio. Esta cobertura é extensiva ao transporte terrestre dos bens seguros, em território nacional, incluindo cargas e descarga;
 - O Segurado facultará ao Segurador, apenas em caso de sinistro, relação das obras/bens objeto da exposição, onde deverá vir indicado o respetivo valor unitário;
 - O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação, sendo que se aceita o limite máximo de responsabilidade do segurador de 150.000,00€ ano/sinistro, em 1.º risco.
- ⇒ **Coleções, pares ou séries de objetos** - Se se perder ou danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido. O Segurado decide se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará

será o valor do par ou conjunto. Em caso de sinistro causado por um risco coberto o segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

- a. Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados;
- b. Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

- ⇒ **Danos acontecidos em transportes terrestres:** ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre no território nacional de bens, propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, atos de vandalismo ou maliciosos, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.
- ⇒ **Quebra ou queda accidental de bens** - Fica garantido qualquer dano accidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.
- ⇒ **Bens existentes ao ar livre** - Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais da Apólice, fica convencionado que os bens municipais existentes ao ar livre estão garantidos por esta apólice.
- ⇒ **Danos em jardins** - Ficam garantidos os danos sofridos nos jardins do segurado em consequência da verificação de qualquer risco coberto por esta apólice. Em caso de sinistro ao abrigo desta cobertura a indemnização do segurador empregar-se-á diretamente na reparação ou reconstrução das zonas relvadas, na substituição de herbáceas, arbustos e árvores por outros da mesma espécie e porte.
- ⇒ **Danos em bens de empregados** - Ficam garantidos os danos diretamente resultantes de qualquer risco garantido pelo presente contrato, causados aos bens pertencentes a empregados ou colaboradores do Segurado, incluindo títulos e valores, acontecidos no interior ou exterior dos locais de trabalho, durante o período laboral. Admite-se que a presente cobertura seja limitada a 1.000,00€ (mil euros) de indemnização por sinistro, com um máximo de 5.000,00€ (cinco mil euros) por anuidade.
- ⇒ **Gastos extraordinários:** Ficam garantidos os gastos extraordinários com o aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações danificadas por um risco

coberto por esta apólice de seguro. Admite-se o limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição especial, é de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros) /ano/sinistro.

- ⇒ **Despesas suplementares com trabalhos provisórios:** Em caso de sinistro coberto pela apólice, ficam também garantidos os custos incorridos pelo segurado com reparações provisórias e/ou temporárias, quer estas venham, ou não, a ser incluídas nos trabalhos definitivos, desde que tais reparações sejam necessárias, quer seja por questões de segurança, de manutenção do serviço/uso público, ou qualquer outra necessidade superveniente. Adicionalmente, através desta Condição Especial, também ficam garantidos os custos extraordinários para aceleração dos trabalhos, ou substituição definitiva dos bens seguros que tenham sofrido perdas ou danos provocados por uma situação coberta por esta apólice, incluindo os custos com encargos extras por horas extraordinárias, trabalho noturno, trabalho em dias feriados e transporte em via rápida e frete aéreo. Admite-se o limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição Especial, de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros) ano/sinistro.
- ⇒ **Desenhos, documentos e livros:** fica acordado que o âmbito desta cobertura é extensível a desenhos, documentos e livros com interesse histórico, artístico, técnico e/ou cultural.
- ⇒ **Furto e/ou roubo:** fica acordado que em complemento às disposições previstas nas Condições Gerais, a cobertura de furto e/ou roubo considera-se extensível à garantia do furto dos bens seguros quando praticado sub-repticiamente e às ocultas do segurado, seus funcionários, vigilantes e ou outros prestadores de serviços, enquanto as instalações se encontrarem abertas ao público.
- ⇒ **Obras menores:** ficam cobertas as perdas e danos materiais sofridos pelos bens que correspondam a obras menores de construção, montagem, ampliação, modificação, reparação, manutenção e conservação, inclusivamente colocar a funcionar e testes, bem como aos materiais reunidos ao pé da obra, incluindo equipamentos, maquinaria e ferramentas em que o segurado tenha interesse, desde que as ditas obras sejam realizadas nos locais de risco seguros e devido a um risco garantido pela presente apólice. Ao finalizar esta cobertura por termo da obra, os bens afetados serão considerados automaticamente incluídos na cobertura desta apólice. Consideram-se obras menores, para efeito de aplicação desta Condição Especial, aquelas cujo valor não supere os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros).
- ⇒ **Compensação de capitais:** pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que no momento em que ocorre um sinistro

existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

⇒ **Privação temporária do local arrendado e/ou ocupado:**

1. Função Habitacional - Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador garante às pessoas que ocupem os fogos/habitações do tomador, seguras nesta apólice, em caso de sinistro coberto pelas garantias do contrato, o seguinte:

a. Gastos de hotel - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, admite-se o pagamento de hotel ou reembolso de gastos até ao montante máximo de 2.000,00 €, por fogo/habitação sinistrado. Sempre que possível o segurador pagará a indemnização diretamente à entidade prestadora dos serviços de hospedagem;

b. Gastos de mudança e guarda de bens - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, admitem-se custos, com a mudança até à habitação provisória, os quais não poderão ultrapassar 500,00 €, por fogo/habitação sinistrado bem como a guarda dos objetos e bens que não se transfiram para a habitação provisória os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado;

c. Gastos de restaurante e lavandaria - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, os gastos de restaurante e lavandaria, até ao montante máximo de 2.000,00 €, por fogo/habitação sinistrado.

2. Função Profissional: Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador, indemnizará o Segurado, em caso de sinistro coberto por esta apólice, que lhe origine privação temporária do uso do local arrendado ou ocupado, pela sua atividade, pelas despesas em que o mesmo tiver de razoavelmente incorrer com a armazenagem dos objetos seguros não destruídos, incluindo o respetivo transporte, ou com o exercício provisório da atividade noutro local até ao limite do capital fixado para esta garantia. A indemnização será paga contradocumentos comprovativos das despesas efetuadas, após dedução dos encargos a que o Segurado estaria sujeito se o sinistro não tivesse ocorrido e que, entretanto, deixou de suportar. Os bens seguros que tenham sido transferidos para outro local de risco, ao abrigo desta cláusula, continuam garantidos nas mesmas condições desta apólice.

No geral, o limite máximo de indemnização da presente Condição Especial é de 50.000,00, (cinquenta mil euros) por sinistro e ano do seguro, sendo a garantia válida pelo

período indispensável à reinstalação no local onde se verificou o sinistro, sem nunca poder exceder os 9 meses.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

- ⇒ Devido a imposições atuais dos mercados de resseguro, aceita-se que as propostas incluam as seguintes cláusulas:
 - A - Exclusão de Perdas Cibernéticas e de Dados LMA5401
 - B – Exclusão de Doenças Contagiosas LMA5394
- ⇒ Para reclamações de prejuízos até 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), antes de aplicação da franquia contratual, o segurador prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:
 - a. Apresentação da participação de sinistro;
 - b. Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;
 - c. Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra, ou cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.
- ⇒ Independentemente do valor da reclamação e sempre que esta seja paga em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Município, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Município, uma vez que por Lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES - 1

- ⇒ Em todos os edifícios em que se encontram instalados serviços municipais existem extintores e em alguns casos rede de incêndio armada, bem como sistema de deteção de incêndio e intrusão, havendo ainda vigilância humana e sistemas de vídeo vigilância (CCTV).
- ⇒ Locais com vigilância humana permanente:
 - Edifício Paços do Concelho
 - Edifício Sado
 - Edifício Ciprestes
 - Parque Municipal de Oficinas de Poçoilos
 - Fórum Municipal Luisa Todi
 - Casa da Cultura

- Moinho da Maré da Mourisca
 - Parque de Campismo do Outão
 - Forte de S. Filipe
 - Parque Santiago
- ⇒ Os estabelecimentos de ensino estão todos dotados de sistemas de deteção de intrusão ligados a central de receção de alarmes.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES - 2

- ⇒ **ANEXO 1** – Listagem descritiva dos Edifícios Municipais.

2. SEGURO MULTIRRISCOS PATRIMONIAIS - EMPREENDIMENTOS SOCIAIS

TOMADOR DE SEGURO

- ⇒ **Município de Setúbal**

OBJETO SEGURO

- ⇒ Edifícios: Empreendimentos Sociais e outras construções, incluindo benfeitorias.

LIMITE DE INDEMNIZAÇÃO DA APÓLICE

- ⇒ O limite máximo de indemnização, por anuidade do seguro e sinistro, é o valor dos imóveis, correspondendo ao capital seguro de **65.134.116,28 € - ANEXO 2**

LOCAIS DE RISCO

- ⇒ Todo e qualquer local onde o Segurado possuam instalações ou interesses.

RISCOS COBERTOS

- ⇒ **Riscos Principais**
- a. Incêndio, queda de raio e/ou explosão
 - b. Tempestades
 - c. Inundações, incluindo os danos em muros, vedações e portões
 - d. Fenómenos sísmicos
 - e. Aluimentos de terras
- ⇒ **Riscos com Capitais dos Riscos Principais**
- a. Greves, tumultos, alterações da ordem pública
 - b. Atos de vandalismo ou maliciosos

- c. Queda de aeronaves
- d. Choque ou impacto de veículos terrestres, incluindo os provocados por veículos do segurado
- e. Choque ou impacto de objetos sólidos
- f. Danos por água
- g. Pesquisa de Avarias
- h. Queda de granizo, neve e gelo
- i. **Riscos com Capitais Próprios**
- j. Danos causados por fumo
- k. Limpeza, demolição e remoção escombros
- l. Desenhos, documentos e livros
- m. Riscos elétrico
- n. Avaria de máquinas
- o. Derrame accidental
- p. Privação temporária do local ocupado ou arrendado, quer estes sejam de função habitacional ou profissional
- q. Honorários de peritos
- r. Perda de rendas
- s. Quebra ou queda accidental de bens
- t. Quebra ou queda accidental de vidros, painéis e antenas
- u. Bens de terceiros
- v. Danos aos imóveis causados por furto ou roubo
- w. Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento, edificações, mobiliário e plantas
- x. Responsabilidade Civil Proprietário

RISCOS COM CAPITALS PRÓPRIOS E LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO

⇒ Ficam expressamente acordados os seguintes limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

Danos causados por fumo	50.000,00€
Limpeza, demolição e remoção de escombros	300.000,00€
Desenhos, documentos e livros	50.000,00€
Danos em bens do senhorio	50.000,00€
Riscos elétrico	100.000,00€
Avaria de máquinas	500.000,00€

Derrame accidental	50.000,00€
Privação temporária do local ocupado ou arrendado	50.000,00€
Honorários de peritos e despesas de avaliação de danos	50.000,00€
Perda de rendas	100.000,00€
Quebra ou queda accidental de bens	50.000,00€
Quebra ou queda accidental de vidros, painéis e antenas	50.000,00€
Bens de terceiros	50.000,00€
Furto e/ou roubo, incluindo os danos causados ao imóvel	300.000,00€
Danos estéticos	50.000,00€
Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento, edificações, mobiliário e planta	100.000,00 €
Obras menores	50.000,00€
Responsabilidade Civil Proprietário	100.000,00 €

FRANQUIAS

⇒ Aceita-se no presente seguro a uma franquia fixa, por sinistro, de 500,00 € (Quinhentos euros) sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com exceção, das coberturas inframencionadas:

Fenómenos sísmicos – 5,00% do capital seguro, por local de risco.

⇒ A franquia da cobertura de “Responsabilidade Civil Proprietário” não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, o segurador emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará no seu pagamento no prazo de 30 dias.

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

⇒ Trimestral, sem encargos de fracionamento.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

⇒ **Derrogação da regra proporcional:** em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice, fica acordado que o Segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até à diferença máxima de 10,00% entre o capital seguro dos edifícios e o respetivo valor de reconstrução e substituição

⇒ **Atualização de capitais:** o segurador atualizará anualmente os capitais seguros em 2 %, caso outra atualização não seja informada pelo Segurado.

⇒ **Adiantamento por conta de sinistros:** em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem

necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e/ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

- ⇒ **Bens de terceiros:** o presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens.
- ⇒ **Risco elétrico:** nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Ficam derogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afetados pelo risco em causa.
- ⇒ **Quebra ou queda accidental de bens:** fica garantido qualquer dano accidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.
- ⇒ **Danos em jardins:** ficam garantidos os danos sofridos nos jardins do segurado em consequência da verificação de qualquer risco coberto por esta apólice. Em caso de sinistro ao abrigo desta cobertura a indemnização do segurador empregar-se-á diretamente na reparação ou reconstrução das zonas relvadas, na substituição de herbáceas, arbustos e árvores por outros da mesma espécie e porte.
- ⇒ **Despesas suplementares com trabalhos provisórios:** em caso de sinistro coberto pela apólice, ficam também garantidos os custos incorridos pelo segurado com reparações provisórias e/ou temporárias, quer estas venham, ou não, a ser incluídas nos trabalhos definitivos, desde que tais reparações sejam necessárias, quer seja por questões de segurança, de manutenção do serviço/uso público, ou qualquer outra necessidade superveniente.

Adicionalmente, através desta Condição Especial, também ficam garantidos os custos extraordinários para aceleração dos trabalhos, ou substituição definitiva dos bens seguros que tenham sofrido perdas ou danos provocados por uma situação coberta por esta apólice, incluindo os custos com encargos extras por horas extraordinárias, trabalho

noturno, trabalho em dias feriados e transporte em via rápida e frete aéreo. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição Especial, é de 30.000,00 euros/ano/sinistro.

⇒ **Compensação de capitais:** pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se no momento em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

⇒ **Privação temporária do local arrendado e/ou ocupado**

a. Função Habitacional

Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador garante às pessoas que ocupem os fogos/habitações do tomador seguras nesta apólice, em caso de sinistro coberto pelas garantias do contrato, o seguinte:

1) Gastos de hotel

Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, o pagamento de hotel ou reembolso de gastos até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado. Sempre que possível o segurador pagará a indemnização diretamente à entidade prestadora dos serviços de hospedagem.

2) Gastos de mudança e guarda de bens

Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis:

- a mudança até à habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.
- a guarda dos objetos e bens que não se transfiram para a habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

3) Gastos de restaurante e lavandaria

Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, os gastos de restaurante e lavandaria, até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

b. Função Profissional

Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador, indemnizará o Segurado, em caso de sinistro coberto por esta apólice, que lhe origine privação temporária do uso do local arrendado ou ocupado, pela sua atividade, pelas despesas em que o mesmo tiver de razoavelmente incorrer com a armazenagem dos

objetos seguros não destruídos, incluindo o respetivo transporte, ou com o exercício provisório da atividade noutro local até ao limite do capital fixado para esta garantia.

A indemnização será paga contradocumentos comprovativos das despesas efetuadas, após dedução dos encargos a que o Segurado estaria sujeito se o sinistro não tivesse ocorrido e que, entretanto, deixou de suportar.

Os bens seguros que tenham sido transferidos para outro local de risco, ao abrigo desta cláusula, continuam garantidos nas mesmas condições desta apólice.

No geral, o limite máximo de indemnização da presente Condição Especial é de 35.000,00 euros, por sinistro e ano do seguro, sendo a garantia válida pelo período indispensável à reinstalação no local onde se verificou o sinistro, sem nunca poder exceder os 9 meses.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

⇒ Devido a imposições atuais dos mercados de resseguro, aceita-se que as propostas incluam as seguintes cláusulas:

A – Exclusão de Perdas Cibernéticas e de Dados LMA5401

B – Exclusão de Doenças Contagiosas LMA5394

⇒ Para reclamações de prejuízos até 2.500,00 euros, antes de aplicação da franquia contratual, o segurador prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

- Apresentação da participação de sinistro;
- Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;
- Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra, ou cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.
- Independentemente do valor da reclamação e sempre que esta seja paga em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Município e pelas Empresas Municipais, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Município, uma vez que por lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

⇒ Anexa-se sob o n.º 2 listagem dos empreendimentos sociais e respetiva caracterização.

3. SEGURO DE FROTA AUTOMÓVEL

- Frota do Município
- Frota de Bombeiros Sapadores

TOMADOR DE SEGURO

⇒ Município de Setúbal

OBJETO SEGURO

⇒ Todo e qualquer veículo incluído na frota automóvel do Tomador, incluindo os que se encontrem em regime de Aluguer Operacional de Viaturas, Leasing, Renting, ou outros regimes semelhantes.

COBERTURAS, CAPITALS SEGUROS E FRANQUIAS

- ⇒ Responsabilidade civil;
- ⇒ Assistência em viagem VIP/TOP: abrange a assistência, em caso de avaria ou acidente, e o transporte do veículo, ocupantes e bagagens, incluídos os Autocarros, Pesados de RSU'S, Tratores, Lavadoras, Dumpers, Outras Máquinas e de acordo com o estipulado na Condição Especial da Assistência em Viagem. Também, estará garantido em caso de avaria ou acidente, uma viatura substituição, da mesma categoria da viatura segura, pelo período máximo de 5 dias, apenas para categoria de ligeiros.
- ⇒ Proteção Jurídica: garante assistência jurídica, para defender ou fazer valer os seus direitos, em processos judiciais empreendidos por si ou contra si, em consequência de acidente de viação;
- ⇒ Quebra Isolada de Vidros (Ligeiros: limite até 1.500,00€ e nos Pesados: limite até 4.000,00 €): garante os danos, causados, por causa não compreendida, em virtude de quebra isolada dos vidros, SEM FRANQUIAS
- ⇒ Acidentes Pessoais (todos os ocupantes, incluindo o condutor), em consequência de acidente de viação com o veículo seguro, ficarão garantidas as seguintes indemnizações:

Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez Permanente	25.000,00 €
Despesas de tratamento/Repatriamento	2.500,00 €
Despesas de Funeral	2.500,00 €

⇒ **Coberturas - Danos Próprios:**

- Choque, Colisão e Capotamento: garante os danos sofridos, pelo veículo seguro, em consequência de embate contra corpo fixo (choque), em movimento (colisão), ou quando o veículo perca a sua posição normal e não resulte de choque ou colisão (capotamento);
- Incêndio, Raio e Explosão: garante os danos no veículo, em consequência de incêndio casual, queda de raio ou explosão, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local;
- Furto ou Roubo: inclui os danos derivados do desaparecimento, destruição ou deterioração do veículo, por motivo de furto ou roubo;
- Fenómenos da Natureza: garante os danos no veículo, em consequência de tufões, ciclones, tornados, erupções vulcânicas, trombas de água, chuvas torrenciais, enxurradas, aluimento de terras, tremores de terra, queda isolada de árvores, etc.;
- Atos de vandalismo: garante os danos no veículo, causados por atos de vandalismo, incluindo a destruição total ou parcial do veículo;
- Franquia 2%, exceto furto/roubo e Quebra de Vidros que é 0;
- Veículo de substituição por acidente ou avaria, até 30 dias, o qual não poderá ter categoria/gama inferior à viatura segura. Considera-se como franquia apenas o dia do acidente ou avaria.

Nos **ANEXOS 3, 4, 5, 6, 7 e 8** identificam-se, respetivamente, os veículos a segurar, respetivas características, coberturas pretendidas e capitais a garantir.

FRACIONAMENTO

⇒ Trimestral, sem cargas de fracionamento.

CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO SEGURO

- ⇒ O concorrente deve, preferencialmente, efetuar a apresentação do prémio por viatura, através do preenchimento do Anexo A - frota automóvel, identificando por viatura o prémio comercial e total (com encargos incluídos);
- ⇒ O adjudicatário deverá garantir o correto cancelamento das apólices a descontinuar, para que não existam duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do novo Plano de Seguros;
- ⇒ Cada reboque deverá ter um seguro próprio de Responsabilidade Civil, ficando assim derogada a exclusão de serviço de reboque para todas as viaturas da frota, sem existir a necessidade de identificar as viaturas que efetuam serviço de reboque;

- ⇒ O segurador garante que o capital seguro em sede de danos próprios funciona em regime de valor convencionado, sendo anualmente revisto pelo Município. Em caso de indemnização por perda total do veículo seguro, não há lugar a desvalorizações mensais, sendo garantido durante toda a anuidade, o valor seguro na data de início do contrato ou da sua renovação;
- ⇒ Para os veículos que beneficiam da cobertura de danos próprios, os extras neles incorporados ficam automaticamente seguros, sem necessidade de serem discriminados e valorizados, desde que a totalidade do capital seguro da viatura inclua o valor de tais extras e o valor do todo, veículo e extras, corresponda à regra do Valor Seguro definida nas Condições Gerais;
- ⇒ Para a cobertura de “Assistência em viagem”, o adjudicatário compromete-se a incluir o reboque de todas as viaturas, sem qualquer encargo adicional ou franquia, bem como, sem restrição de área (km 0). Da mesma forma, suportará as despesas de transporte de todos os ocupantes até ao domicílio do subscritor ou até ao seu local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros. Quando o veículo seguro, imobilizado por acidente ou avaria, não for reparável ou substituído no mesmo dia, o serviço de “Assistência em viagem” suportará, até aos limites fixados, os custos de alojamento das pessoas seguras, desde que não inicialmente previstos, pelo período em que estejam a aguardar a reparação ou substituição do mesmo;
- ⇒ Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não se aplica qualquer período de carência na cobertura de assistência em viagem;
- ⇒ As garantias do seguro mantêm-se estando as viaturas ao ar livre;
- ⇒ Fica patente pelo Tomador de Seguro e aceite pelo Segurador que o capital seguro em sede da cobertura de danos próprios já inclui a cobertura da publicidade aplicada nas viaturas.
- ⇒ Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro para a garantia de “Danos Próprios”, é automaticamente repostado pelo Segurador, sem cobrança de qualquer prémio adicional.
- ⇒ Emissão de cartas verdes pelo período.

4. SEGURO DE MARÍTIMO CASCO

TOMADOR DE SEGURO

- ⇒ Município de Setúbal

OBJECTO SEGURO

- ⇒ **Embarcação Turística “MARAVILHA DO SADO”**

Comprimento	18,95
Boca	5,11

Pontal	1,60
Tonelagem de arqueação bruta	20,66
Material do casco	Madeira
Data de construção	2015
Motor	Baudouin 6W0222, tipo: interior,
Matrícula	8200SE5
Atividade	063
Área de navegação	Embarcação para navegação em
Tipo de embarcação	5
Âmbito Geográfico	Portugal Continental
Bandeira	PORTUGAL

⇒ **Embarcação “SAPADOR”**

Comprimento	4,70
Boca	1,96
Pontal	0,50
Tonelagem de arqueação bruta	1,05
Material do casco	Borracha e tela (pneumático)
Data de construção	1998
Motor	Yamaha - 29,83Kw - Fora Borda
Matrícula	S33-EST
Atividade	Bombeiros
Tipo de embarcação	Semi-Rígido – Classe E
Âmbito Geográfico	Portugal Continental
Bandeira	PORTUGAL

⇒ **Embarcação “BOCAGE I”**

Comprimento	3,76
Boca	1,70
Pontal	0,50
Tonelagem de arqueação bruta	0,37
Material do casco	PRFV
Dta de construção	Aquisição 2009
Motor	Honda 20 HP - Fora Borda
Matrícula	7112SE5
Atividade	Recreio
Área de navegação	Rio Sado
Tipo de embarcação	Recreio
Âmbito Geográfico	Portugal Continental
Bandeira	PORTUGAL

⇒ **Embarcação “LUISA TODI”**

Comprimento	3,76
Boca	1,70
Pontal	0,50
Tonelagem de arqueação bruta	0,37
Material do casco	PRFV
Dta de construção	Aquisição 2009
Motor	Honda 20 HP - Fora Borda
Matrícula	7113SE5
Atividade	Recreio
Área de navegação	Rio Sado
Tipo de embarcação	Recreio
Âmbito Geográfico	Portugal Continental
Bandeira	PORTUGAL

COBERTURAS GARANTIDAS

Danos Materiais ou Corporais causados a Terceiros:

- ⇒ **Responsabilidade Civil: 250.000,00 €**
- ⇒ **Assistência à Embarcação e seus Ocupantes:** Ocupantes, 25.000.00 € para morte ou invalidez permanente por ocupante e 4.020.00 € de despesas de tratamento por ocupante.
- ⇒ Assistência em navegação local.

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

- ⇒ Único.

5. SEGURO DE EQUIPAMENTO ELETRÓNICO**TOMADOR DE SEGURO**

- ⇒ Município de Setúbal

OBJECTO SEGURO

- ⇒ Equipamento informático instalado nos edifícios municipais do Município de Setúbal.

CAPITAL

- ⇒ O capital a segurar é no valor de **68.071,41 €**

LOCAL DE RISCO

- ⇒ Todo e qualquer local onde o segurado possua instalações ou interesses.

ÂMBITO DA COBERTURA

- ⇒ Cobertura base do tipo “All Risks”, ou seja, todos os sinistros, sejam eles de origem interna ou externa, serão passíveis de indemnização, desde que a sua causa não se encontre expressamente excluída nas Condições Gerais e/ou Especiais.

COBERTURA BASE

- ⇒ Garante, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o ressarcimento do Segurado por danos materiais sofridos pelos bens seguros em consequência de sinistro, desde que seja necessária a sua reparação ou substituição, mesmo que parcial, para que o Segurado possa retomar a sua normal laboração.

COBERTURAS ADICIONAIS

- ⇒ Fenómenos Sísmicos;
⇒ Transporte Terrestre
⇒ Greves, Tumultos e alterações da Ordem Pública;
⇒ Atos de Vandalismo.

FRANQUIA

- ⇒ O presente seguro fica sujeito a uma franquia fixa de 100 €.
⇒ Mas na cobertura de Fenómenos sísmicos a franquia é de 5,00% do capital seguro.

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

- ⇒ Único.

6. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL (Autarquias)

SEGURADO

O tomador do seguro.

Os legais representantes do tomador e todas as pessoas que o possam obrigar, quando no exercício das suas funções.

ATIVIDADE DO SEGURADO

São consideradas atividades do Segurado, ao abrigo do presente seguro, todas as atribuições e competências do município e órgãos municipais, de acordo com a legislação em vigor.

ÂMBITO TERRITORIAL

Portugal.

COBERTURAS GARANTIDAS

Responsabilidade civil legal, conforme indicado nas Condições Especiais.

CAPITAL SEGURO

1.250.000,00 €, por anuidade e por sinistro.

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, uma franquia fixa 500,00 €, (quinhentos euros) por sinistro, a qual não é oponível a terceiros.

FRACIONAMENTO

Trimestral, sem cargas de fracionamento.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, o segurador emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará no seu pagamento.

Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, o segurador aceitará, a pedido do Município, a condução do processo. Nestes casos e se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, repetindo, mesmo que de valor inferior à franquia, o segurador procederá de acordo com o indicado no ponto anterior.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

O contrato de seguro a que respeita a presente apólice vigora segundo as presentes Condições Especiais, as quais prevalecem sobre as Condições Gerais, ficando convencionado e aceite entre as partes que as Condições Gerais se consideram derogadas e/ou ampliadas em tudo o que for contrário ou se harmonize com o disposto nos Artigos que se seguem.

ÂMBITO DE COBERTURA

Por estas Condições Especiais fica garantida pelo Segurador a responsabilidade civil legal do Segurado, de natureza patrimonial e não patrimonial, decorrente de atos de gestão pública e privada que, nos termos da legislação em vigor, sejam imputáveis no exercício da sua atividade identificada nas Condições Particulares.

- a. A título enunciativo, mas não limitativo, o presente contrato de seguro garante o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes das responsabilidades derivadas: da realização de trabalhos, serviços e prestação de serviços, que resultem das atribuições e competências legais do Segurado;
- b. Dos atos, erros, omissões e negligência do tomador do seguro, do segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;
- c. Da sua qualidade de proprietário, interessado em coisa segura, arrendatário, usufrutuário e/ou possuidor de imóveis e equipamentos, quer estes sejam destinados a utilização pública ou privada;
- d. Por danos corporais e materiais sofridos pelos agentes ou civis requisitados pela Autarquia ou voluntários, quando ao serviço de interesses humanitários da comunidade;
- e. Da exploração e manutenção de parques de estacionamento, garagens, oficinas, estaleiros (considerando-se como terceiros os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não funcionários do tomador);
- f. Dos pontos de atendimento, venda e/ou lojas municipais do segurado;
- g. Da execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção, reparação ou reabilitação;
- h. De acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficiente ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais;
- i. Da organização e realização de festas, conferências, reuniões e outras atividades ou eventos de carácter social, cultural, musical, desportivo, recreativo e educacional;
- j. De operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos, ou equipamentos inerentes à atividade do segurado;
- k. Decorridos da queda de equipamentos e/ou materiais instalados em viaturas de serviço do Segurado, que não estejam abrangidos pelo seguro obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel;
- l. Decorrentes de más condições de conservação e/ou manutenção das estradas municipais;
- m. Resultantes da atividade de derrube e corte de árvores através de administração direta;
- n. De máquinas e gruas em laboração que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob a sua direção efetiva;
- o. Da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação;

- p.** Da queda total ou parcial de anúncios ou outros painéis, antenas, parómetros, postes de iluminação, de sinalização e outras antenas ou mastros que sejam propriedade do Município ou por ela sejam explorados;
- q.** Da propriedade de animais;
- r.** Do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de fogo-de-artifício e foguetes;
- s.** De incêndio, raio e/ou explosão;
- t.** Por perdas indiretas, lucros cessantes, paralisações e danos emergentes, desde que tais danos resultem de responsabilidades cobertas por este contrato de seguro. Para esta garantia o Município admite um sublimite de indemnização máximo de 75.000,00 € por sinistro e anuidade;
- u.** De danos causados a serviços enterrados e aéreos;
- v.** Da propriedade, manutenção, conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas;
- w.** Da exploração de parques e espaços verdes públicos, incluindo as atividades de restauração;
- x.** Do exercício das atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal;
- y.** Em bens ou objetos, equipamentos e viaturas, de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;
- z.** Pelas obras, trabalhos, prestação de serviços, produtos e suas embalagens, produzidos, armazenados e/ou fornecidos pelo segurado se as reclamações forem motivadas por erro, omissão ou vício oculto que se revelem somente após a receção expressa ou tácita dos referidos bens ou serviços;
- aa.** Da responsabilidade civil legal subsidiária e/ ou solidária decorrente de danos causados por empresas contratadas e subcontratadas para a execução de obras e serviços, ficando salvaguardado o direito de regresso do segurador contra as entidades diretamente responsáveis pelos danos;
- bb.** De deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacte, conforme Artigo 31.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio. Esta garantia tem um sublimite de indemnização de 400.000,00 euros por sinistro e anuidade, €, o qual é automaticamente atualizado em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços no consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística;

- cc.** De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 100/2003 de 23 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 82/2004 de 14 de abril e Portaria n.º 1049/2004 de 19 de agosto. Esta garantia tem um sublimite de indemnização de 200.000,00 euros por sinistro e anuidade, o qual é automaticamente atualizado em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços no consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística;
- dd.** Da utilização e funcionamento do conjunto de serviços municipais, tais como: Feiras e mercados, cantinas, colónias de férias, atividades de interrupções letivas, jardins-de-infância e escolas primárias, lares de 3.ª idade, parques infantis, conservação de parques e jardins e espaços públicos;
- ee.** Da utilização de animais pertença da Autarquia, desde que acompanhados do devido guardador;
- ff.** Da utilização e montagem de bancadas e equipamentos móveis com carácter temporário por iniciativa da Autarquia;
- gg.** Danos provocados pelos contentores do lixo;
- hh.** Decorrentes de sinistros provocados pelas tampas, caixas de visita e sumidouros das redes de drenagem de águas residuais pluviais, ou más condições de conservação e/ou manutenção de estradas ou caminhos onde se encontrem instaladas infraestruturas propriedade do segurado, ou cuja gestão lhe tenha sido cometida;
- ii.** Resultantes de trabalhos de abertura de valas para instalação ou conservação de redes de água e/ou residuais (urbanas ou pluviais), quando tais trabalhos forem executados por administração direta;
- jj.** Resultantes da atividade de abate ou poda de árvores e arbustos através de administração direta;
- kk.** Resultantes de queda de árvores, ramos ou outros acidentes com árvores ou arbustos sob gestão e manutenção do Segurado;
- ll.** Resultante de danos corporais e materiais sofridos por visitantes, convidados e terceiros em geral, ocorridos durante quaisquer visitas ou manifestações sociais, culturais e/ou desportivas, em parques e outros espaços verdes públicos sob gestão do Segurado;
- mm.** Por intoxicação alimentar provocada por alimentos e/ou bebidas servidas nos refeitórios escolares e instalações de restauração geridas pelo segurado;
- nn.** Dos danos decorrentes da atividade do Centro de Recolha Oficial (canil/gatil municipal) bem como, em eventos realizados pelo município, desde que os mesmos se encontrem devidamente acompanhados por pessoas por eles responsáveis e/ou que se encontrem em

processo de adoção, desde que não sejam cães sujeitos a obrigatoriedade de seguro de animais perigosos.

EXCLUSÕES

Derrogando tudo o que em contrário estiver estipulado nas Condições Gerais, constituem exclusões únicas do presente contrato de seguro os danos:

- a. Decorrentes de atos ou omissões dolosas do Tomador do seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;
- b. Causados pelo Tomador do seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriagues ou sob influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência estejam devidamente comprovados, por decisão judicial transitada em julgado;
- c. Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;
- d. Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;
- e. Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;
- f. Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;
- g. Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do seguro, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre o Acidentes de trabalho, sem prejuízo do previsto na cobertura de Responsabilidade Civil de Entidade Empregadora do Segurado;
- h. As reclamações decorrentes de responsabilidade assumidas por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
- i. Uso ou armazenamento de explosivos, sem prejuízo da cobertura concedida para fogo de artifício e foguetes;
- j. Atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos ou serviços;
- k. Ação de campos eletromagnéticos;
- l. Danos originados por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;
- m. Falha ou falta de fornecimento;

- n. Os danos resultantes de asbestos, fibras de asbestos ou produtos que contenham asbestos ou sílica;
- o. Os danos decorrentes de acidentes devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, hostilidades, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, motins, comoção civil, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e “lock-out”;
- p. Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança e exemplares;
- q. Derivados da interrupção ou suspensão total ou parcial da atividade exercida pelo Segurado;
- r. Sofridos pelos próprios produtos do Segurado, bem como os gastos para averiguar e reparar tais danos.
- s. Os danos causados à biodiversidade, entendida esta como habitats e espécies naturais nos termos constantes do anexo I da Diretiva n.º 79/409/CEE ou dos anexos i, II e IV da Diretiva n.º 92/43/CEE ou habitats e espécies não abrangidos por aquelas diretivas mas em relação ao quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação nos termos do direito nacional relativo à conservação da natureza, bem como quaisquer despesas efetuadas para prevenir estes danos.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O orçamento anual, a população e a área total, da entidade adjudicante no ano de 2024, é o seguinte:

	População (censos 2021)	Área Total do Concelho (Km ²)
239M€ €	123 684	230,33 km ²